



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Setor: STPCJ - Operador: 22438  
Processo Administrativo: 0011600-11.2015.5.13.0000

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº. 96/2015**

O Egrégio TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, em Sessão Administrativa realizada em 24/08/2015, sob a Presidência de Sua Excelência o Senhor Desembargador **UBIRATAN MOREIRA DELGADO**, com a presença do Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Sua Excelência o Senhor Procurador PAULO GERMANO COSTA ARRUDA, presentes Suas Excelências os Senhores Desembargadores **EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA, ANA MARIA FERREIRA MADRUGA, FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA, EDVALDO DE ANDRADE, CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE, WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO e LEONARDO JOSÉ VIDERES TRAJANO**, homologou, por unanimidade de votos, o Plano de Ação elaborado pelo Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, criado pela Resolução Administrativa nº 002/2015 desta Corte, conforme anexo.

OBSERVAÇÃO: Ausência justificada de Sua Excelência o Senhor Desembargador Paulo Maia Filho.

**VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO**  
Secretário do Tribunal Pleno  
e de Coordenação Judiciária

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO (Lei 11.419/2006)  
EM 25/08/2015 09:15:16 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 25C5EAE8DA.B646BE2B10.B525FC190F.11EA86BA9C



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
DA 13ª REGIÃO**

**Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região  
Comitê Gestor Regional de Política Nacional de Atenção  
Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição**

**Projeto de Priorização do 1º Grau  
Plano de Ação referente ao artigo 8º da Resolução CNJ 194/2014**

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO (Lei 11.419/2006)  
EM 25/08/2015 09:15:16 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 25C5EAE8DA.B646BE2B10.B525FC190F.11EA86BA9C

<b>1. Nome do Projeto</b>
Projeto de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição
<b>2. Responsável</b>
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição
<b>2.1. Presidente</b>
Juiz Auxiliar da Presidência Antônio Eudes Vieira Júnior
<b>2.2. E'mail</b>
priorizacao@trt13.jus.br

<b>4. Histórico de Mudança</b>		
Data	Descrição	Autor
		Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição

**5. Objetivo do Projeto**

Estabelecer a equalização de recursos e força de trabalho entre o Primeiro e o o Segundo graus de jurisdição no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, resultando em maior produtividade jurisdicional e distribuição equânime da carga de trabalho entre todos os profissionais envolvidos, bem assim desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários de 1º grau.

**6. Justificativa**

As Resoluções CNJ de nº 194 e 195/2014 instituíram a "... Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância dos tribunais brasileiros...". O Artigo 4º da Resolução 194 determina a constituição de Comitê Gestor Regional, o que foi implementado por este Regional através do Ato TRT GP n. 091/2015, de 13 de fevereiro de 2015. No mesmo artigo, o inciso I estabelece como objetivo principal do comitê "fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculada à Política;," justificando, portanto, a consecução do presente projeto.

**7. Escopo**

Definir programas, no âmbito do TRT da 13ª Região, tendo como referência a política nacional, para planejar e implementar linhas de ação com objetivos e recursos específicos, delimitados no tempo, voltados a consecução do objetivo do programa.

8. Parte Interessada	Representante	Relacionamento com o projeto
CNJ	Presidência	Coordenar a Rede Nacional de Priorização
Presidência do TRT 13	Presidência	Instituir e manter o Comitê
Tribunal Pleno do TRT 13	Presidente	Validar e aprovar o projeto e suas alterações

9. Equipe Básica	Papel Desempenhado
Juiz Antônio Eudes Vieira Júnior	Juiz Auxiliar da Presidência - Presidente do Comitê (membro indicado conforme art. 5º, inciso I, da Res. 194 do CNJ)
Juiz André Wilson Avellar de Aquino	Juiz Titular da 5ª Vara do Trabalho de Campina Grande (membro indicado conforme art. 5º, inciso II, da Res. 194 do CNJ)
Juiz Normando Salomão Leitão	Juiz Titular da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa (membro indicado conforme art. 5º, inciso III, da Res. 194 do CNJ)
Adelmo Antônio do Nascimento	Diretor de Secretaria da 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa (membro indicado conforme art. 5º, inciso IV, da Res. 194 do CNJ)
Agenor da Costa Júnior	Servidor lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, (membro indicado conforme art. 5º, inciso V, da Res. 194 do CNJ)
Juiz Marcello Wanderley Maia Paiva	Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região, (membro indicado nos termos do art. 5º, § 3º, da Res. 194 do CNJ)
Sérgio Augusto Teixeira	Representante indicado pela ASTRA 13 (membro indicado nos termos do art. 5º, § 3º, da Res. 194 do CNJ)
Juiz Adriano Mesquita Dantas	Suplente
Juíza Roberta de Paiva Saldanha	Suplente
Juíza Solange Machado Cavalcanti	Suplente
Marcondes Antônio Marques	Suplente
Edgard Saeger Neto	Suplente
Juiz José Artur da Silva Torres	Suplente
Romero Dantas Maia	Suplente

10. Orçamento Previsto	11. Prazo
A ser determinado, de acordo com a abrangência das linhas de ação a serem implantadas	Dependente das políticas estabelecidas pelo TRT 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO (Lei 11.419/2006)  
EM 25/08/2015 09:15:16 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 25C5EAE8DA.B646BE2B10.B525FC190F.11EA86BA9C

12. Restrições	
1	Limitação de tempo disponível dos membros componentes, que desempenham outras funções nos seus respectivos órgãos de trabalho
2	Limitação orçamentária
3	Limitação do quantitativo de força

13. Premissas	
1	Apoio e aprovação do TRT13 às linhas de ação apresentadas pelo Comitê para priorização do Primeiro Grau
2	Sensibilização de todos os envolvidos no Programa
3	Garantir a participação efetiva do Comitê nas comissões/núcleos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão Orçamentária do 1º Grau;</li> <li>• Comitê Regional do Pje-JT;</li> <li>• Assessoria de Gestão Estratégica;</li> <li>• Comissão de Informática;</li> <li>• Escola Judicial.</li> </ul>

14. Linhas de Ação			
Descrição	Entregas	Controle	Alinhamento ao Planejamento Estratégico
Planejar gestão participativa do Primeiro Grau na Administração	Proposta de gestão participativa do Primeiro Grau	A proposta apresenta representação efetiva e formal do Primeiro grau de jurisdição na administração?	Promover a gestão orçamentária e financeira, priorizando a estratégia institucional
Implantar estudo estatístico que apresente dados objetivos sobre as questões do programa	Relatório estatístico comparativo	Qual a relação de carga de trabalho entre uma unidade judiciária de Primeiro e do Segundo Grau com a lotação atual? Qual a carga relativa de trabalho entre uma unidade judiciária de Primeiro Grau e cada uma das secretarias da área administrativa? Quais os impactos causados pelas mudanças efetivas pela Resolução 63/2010?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Elaborar proposta para equalização de recursos humanos entre o Primeiro e o Segundo Graus, baseado no	Proposta detalhada de equalização de recursos humanos	A proposta equaliza de forma objetiva, factível e em prazo razoável os recursos de pessoa do TRT?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho

relatório estatístico comparativo			
Implantação de proposta sugestiva de padronização operacional das Varas do Trabalho	Estudo e proposta sugestiva de padronização do Primeiro Grau	A proposta cria métodos para organização e funcionamento administrativo, aplicáveis a todas as Varas do Trabalho do TRT? A proposta consolida tais métodos em algum documento?	Racionalizar as rotinas de trabalho
Implementação das soluções para prevenção e racionalização de litígios, inclusive tratamento e demandas de massa	Proposta de soluções para racionalização de litígios pelos setores competentes e cronograma de implantação	Quanto podemos reduzir o tempo para solução dos processo, em que prazo e de que forma? Quais as ações para redução das demandas de massa, quem vai desenvolver, implementar e efetivar o seu controle, e em que prazo?	Efetivar as decisões judiciais
Colaborar com as Centrais de Mandados para efetivação de convênios e contratações que agilizem o trâmite processual	Proposta de efetivação de convênios e contratações	Quais convênios e contratações serão eficazes para agilização (contábeis, executórios, penhora, etc.)?	Efetivar as decisões judiciais
Efetivar estudos para capacitação de servidores de todas as Varas, visando a implementação de sentença líquida em 100% das Unidades Judiciárias	Estudo e proposta de implementação	Qual o percentual de sentenças líquidas nas Varas do Regional? Quais as ações para que todo o primeiro grau faça sentenças líquidas?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Garantia de ao menos um assistente para cada Juiz Substituto volante	Regramento do TRT garantindo o assistente aos Juizes Substitutos volantes	Todos os Juizes Substitutos volantes possuem assistente?	Efetivar as decisões judiciais
Elaborar estudo visando a otimização do teletrabalho nas Unidades do Primeiro Grau	Estudo e proposta de implementação	Quais as ações que podem ser desenvolvidas para melhoria do teletrabalho?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida

			no trabalho
Manter grupo permanente de apoio às Unidades de Primeiro grau, no que diz respeito ao PJe	Regramento do TRT, designando setores ou servidores para efetivação do grupo permanente	Houve designação? As medidas implementadas apresentaram resultado satisfatório perante as Unidades Judiciárias de Primeiro Grau?	Efetivar as decisões judiciais
Implementação de programas de qualidade de vida	Projetos relacionados à prevenção de doenças e promoção da saúde e qualidade de vida, priorizando os impactos relacionados ao Pje	Qual o prazo para implementação? Os projetos foram implementados? Quais os resultados dos projetos efetivamente implementados?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Implementação de sistema de designação de Juízes Substitutos volantes (AM)	Estudo e proposta de implementação	As tabelas de designação dos Juízes Substitutos volantes estão sendo disponibilizadas de forma quinzenal? Há alterações não fundamentadas nas referidas tabelas?	Efetivar as decisões judiciais
Estudo para racionalizar as pautas nas Varas de menor movimento nos períodos de férias dos Juízes Titulares	Estudo e proposta de implementação de regramento interno	Como está a gestão de designações de Juízes volantes no período de férias dos Juízes Titulares? Ocorre adiamento de audiências em razão de ausência de designação de Juiz volante no afastamento do Titular?	Efetivar as decisões judiciais
Estudo visando racionalizar as pautas nos períodos de férias de um dos Juízes das Varas que contam com um Juiz Auxiliar	Estudo e proposta de implementação de regramento interno	Como está a gestão das pautas no período de férias de um dos Juízes da Unidade? Ocorre adiamento de audiências em razão de ausência de Juiz?	Efetivar as decisões judiciais
Estudo visando implementar a divisão dos acervos de processos nas Unidades	Estudo e proposta de implementação	Existe na Unidade Judiciária divisão de processos entre o Juiz Titular e o Substituto fixo? Essa divisão de acervo está funcionando a contento?	Efetivar as decisões judiciais

Judiciárias			
Estudo para regulamentar a realização de pautas extras nas Varas do Trabalho	Estudo e proposta de implementação	As pautas extras são realizadas pelos Juízes Titulares das Varas? Há divisão de pautas extras entre os Juízes Titular e Substituto da Vara?	Efetivar as decisões judiciais
Instituir data fixa para julgamento de processos remanescentes de Turmas e Pleno, nos quais o Juiz Titular tenha sido convocado	Estudo e proposta de implementação	Há data certa para julgamento dos processos pendentes pelos Juízes que não estão mais convocados? Qual a antecedência que os Juízes estão sendo convocados para as sessões de Julgamento dos processos pendentes?	Efetivar as decisões judiciais
Implementação de Banco de Talentos no TRT, onde conste currículo e qualificação dos servidores	Estudo e proposta de implementação de Banco de Talentos	Houve efetivamente a implantação de banco de dados, constando o currículo e qualificação dos servidores? Esse Banco de Talentos funciona a contento?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Estudos visando implementar capacitação permanente de servidores para exercer a função de assistente de juiz	Estudo e proposta de implementação	São disponibilizados, de forma permanente, cursos de capacitação de servidores para exercício da função de assistente de juiz? Essa capacitação engloba a preparação de minutas de sentenças?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Estudos visando implementar capacitação permanente de servidores para exercer a função de calculista, vinculando uma FC5 na Vara do Trabalho par essa função, com exclusividade.	Estudo e proposta de implementação	São disponibilizados, de forma permanente, cursos de capacitação de servidores para exercício da função de calculista?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Estudos visando implementar capacitação permanente de	Estudo e proposta de implementação	São disponibilizados, de forma permanente, cursos de capacitação de servidores em rotinas processuais?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas



servidores para exercer as rotinas processuais		Essa capacitação engloba a preparação de minutas de incidentes, despachos e expedientes diversos?	competências e na qualidade de vida no trabalho
Estudo visando a otimização dos processos administrativos, reduzindo o tempo de tramitação	Estudo e proposta de implementação	Quais as ações para a implementação do estudo?	Racionalizar as rotinas de trabalho
Implementação de curso de capacitação para Oficiais de Justiça	Implementação do curso de capacitação	Atualmente, são disponibilizados cursos para capacitação dos Oficiais de Justiça, com abordagem em rotinas específicas da função?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Implementação de equipe de suporte presencial nos Fóruns de João Pessoa e Campina Grande, para atendimento às demandas dos sistemas, principalmente ao Pje.	Implementação de equipe de apoio	Atualmente, há suporte presencial para o Pje nos Fóruns de João Pessoa e Campina Grande? O suporte oferecido através do chamado eletrônico ou através de telefone é capaz de suprir a demanda das Varas do Trabalho?	Efetivar as decisões judiciais
Dotar os servidores do teletrabalho com equipamentos e assistência técnica.	Implementação de equipamentos e assistência técnica aos servidores do teletrabalho	Há disponibilidade de equipamentos para os servidores que fazem o teletrabalho? É possível disponibilizar assistência técnica preferencial aos servidores do teletrabalho, ainda que em seus equipamentos particulares?	Efetivar as decisões judiciais
Promover estudos visando a realização de concurso para estagiários, de forma sempre continuada?	Estudo e proposta de implementação	Há concurso para estagiários ainda com prazo de vigência? Quais as medidas que devem ser adotadas para que as Varas do Trabalho não sofram solução de continuidade motivada pelo fim do prazo de validade do concurso para estagiários?	Efetivar as decisões judiciais

Implementação do Portal do Servidor, buscando otimizar o uso das ferramentas disponíveis ao uso das atribuições jurisdicionais ou administrativas.	Estudo e proposta de implementação	Quais as medidas que podem ser implementadas para a criação do Portal do servidor?	Aprimorar a comunicação institucional
Formalização de convênios com Universidades, para viabilizar plano cinesiológico laboral e outras ações voltadas à saúde do servidor.	Estudo e proposta de implementação	Atualmente o TRT disponibiliza atividades de ginástica laboral para os servidores? Quais as medidas que podem ser adotadas para a proteção da saúde dos servidores? Atualmente o TRT dispõe de plano cinesiológico, incluindo atividades de ginástica laboral para os servidores?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Promover intercâmbios com outros regionais, para troca de experiências.	Estudo e proposta de implementação	Quais medidas podem ser adotadas para a implementação de intercâmbio com outros regionais, para coleta de boas práticas? Quais os regionais que podem apresentar boas práticas para o primeiro grau de jurisdição?	Efetivar as decisões judiciais
Adoção de medidas que informem à sociedade sobre direitos e obrigações trabalhistas, competências e atribuições do TRT e Varas do Trabalho.	Estudo e proposta de implementação	O TRT tem adotado medidas para aproximar a Justiça do Trabalho à sociedade? Quais medidas podem ser adotadas para melhor informar à sociedade direitos e obrigações trabalhistas, competências e atribuições das Varas do Trabalho?	Aprimorar a comunicação institucional
Estudos buscando dotar as Unidades Judiciárias de primeiro grau de servidores capacitados em linguagem de libras e sinais.	Estudo e proposta de implementação	Qual o número de servidores capacitados em linguagem de libras e sinais e suas respectivas lotações? Quais medidas podem ser adotadas para capacitar servidores em linguagem de libras e sinais?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho

Proposta para otimização da realização de perícias médicas, com a disponibilização de sala própria nos Fóruns.	Estudo e proposta de implementação	Há disponibilidade de espaço físico no Fórum de João Pessoa, para a realização de perícia médica?	Melhorar a estrutura física
Estudos visando a retomada dos encontros semestrais dos Diretores de Secretaria da 1ª instância.	Estudo e proposta de implementação	Há algum regramento interno prevendo a realização do encontro de diretores de Varas? Qual a periodicidade ideal para a realização dos encontros de Diretores de Vara?	Implementar política de gestão de pessoas, com ênfase nas competências e na qualidade de vida no trabalho
Otimizar os processos de licitação, sempre buscando ouvir os diretores dos Fóruns.	Estudo e proposta de implementação	Atualmente, os Diretores de Fóruns são consultados acerca suas necessidades, previamente aos processos de licitação	Racionalizar as rotinas de trabalho

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO (Lei 11.419/2006)  
 EM 25/08/2015 09:15:16 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 25C5EAE8DA.B646BE2B10.B525FC190F.11EA86BA9C